



## Editorial

### POLÍTICAS DE AMBIENTE E CIDADANIA

Comemoram-se, neste ano de 2007, vinte anos da publicação de duas importantes leis sobre ambiente: a Lei das ADA - Associações de Defesa do Ambiente (Lei 10/87 de 04 de Abril) e a Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87 de 04 Abril). Estas duas leis revelaram-se de grande importância para a consolidação das políticas de ambiente em Portugal bem como para o exercício da cidadania ambiental. A primeira, ao clarificar o estatuto das ADA (hoje denominadas ONGA - Organizações Não Governamentais de Ambiente - Lei 35/98 de 18 de Julho) e a atribuir-lhe importância no contexto da sociedade portuguesa bem como ao definir os apoios do estado que lhe eram de direito por exercer importantes funções, muitas das quais a este competiam. A segunda, por se constituir como a base de toda a política de ambiente em Portugal.

Durante estes vinte anos muitos combates foram travados por parte das ONGA e por parte dos cidadãos e muitos desenvolvimentos positivos ocorreram, quer em termos de políticas públicas de ambiente, mormente em matéria legislativa, quer em termos de consciencialização, para a questão ambiental, por parte de todos os actores da sociedade portuguesa. Contudo estamos ainda longe do ideal e, em termos de Ordenamento do Território, a situação continua muito preocupante.

Daí que, apesar da vitória nalgumas batalhas, não se pense que a guerra está ganha, antes pelo contrário, este ano de 2007 - o tal que comemora vinte anos da publicação de duas importantes leis - vem demonstrar que as ONGA e os cidadãos deverão estar mais atentos do que nunca, dado que, os sinais concretos que emanam do poder, a todos os níveis, local, regional e nacional são preocupantes, sobretudo em termos de Ordenamento do Território e Conservação da Natureza.

Ao nível local, os PDM - Planos Directores Municipais de primeira geração eram maus, porque eram demasiado permissivos em termos de ocupação do solo e protecção dos valores ambientais, sobretudo porque apresentavam excessivos índices de construção para as necessidades existentes. Ora os PDM de segunda geração, já aprovados ou em fase de aprovação, ao invés de corrigirem os erros dos anteriores, agravam-nos, voltando a colocar interesses económicos, particulares, à frente dos interesses colectivos, mormente a preservação do património cultural e ambiental.

Por parte do poder central, a tónica está também claramente colocada na vertente económica, com esta a sobrepor-se aos valores de conservação da natureza, - desrespeitando em muito casos a própria legislação em vigor - dado que grande parte dos empreendimentos públicos e privados em construção e a construir ocorrem em áreas com estatuto de protecção, nomeadamente em áreas da Rede Natura 2000, a coberto dos famigerados projectos de PIN - Potencial Interesse Nacional, com o Ministério do Ambiente em atitude completamente passiva.

Alguns exemplos: uma plataforma logística em leito de cheia e RAN (Castanheira do Ribatejo) outra no vale agrícola do Coronado (Maia-Trofa); uma piscicultura intensiva nas dunas de Mira e em Rede Natura, para além de um elevado conjunto de gigantescos empreendimentos turísticos, muitos deles em Rede Natura, com destaque para o destroçado Algarve e Costa Alentejana, - esta alvo de forte pressão - satisfazendo a gula de empresários e autarcas, estes sem ainda terem percebido, ou fingirem, sabe-se lá porquê, que não perceberam, que um Desenvolvimento Sustentável, de longo prazo, - ao contrário de um pseudo desenvolvimento, especulativo e destruidor do património comum - é a única via que garante o futuro.

Como se tudo isto não bastasse as ONGA debatem-se com graves problemas de renovação como ficou demonstrado no recente 18º Encontro Nacional das ADA/ONGA, realizado recentemente em Lisboa, onde a Oikos esteve presente.

O apelo que aqui se deixa, neste findar de ano, a todos os cidadãos é que exerçam os seus direitos e deveres de cidadania, mormente participando e renovando o Movimento Associativo Ambiental que tão fortes contributos tem dado para o alcançar de um ambiente e um país sustentável e viável para as futuras gerações.

Desejamos a todos um ano de 2008 com melhor ambiente

| Nuno Carvalho



COLÓQUIO  
"CHEIAS - CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS"

>> pág. 02

XV CONCURSO DE FOTOGRAFIA - 2007  
"PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO"

>> pág. 02

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS  
PELA OIKOS NO CENTRO AZUL  
DA PRAIA DO PEDRÓGÃO  
DURANTE A ÉPOCA BALNEAR  
DE 2007

>> pág. 03

Recolha de Resíduos  
/ Palestra



IV Concurso Juvenil de Fotografia  
"Litoral Regional"

"Protecção Dunar"

PARECER SOBRE O ESTUDO  
DE IMPACTE AMBIENTAL  
DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA  
DE ALTA VELOCIDADE  
ENTRE LISBOA E PORTO

>> pág. 04

## XV CONCURSO DE FOTOGRAFIA - 2007 “PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO”

A Oikos levou a cabo mais uma edição do seu habitual concurso de fotografia, este ano subordinado ao tema “PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO”.

Participaram no concurso aproximadamente noventa concorrentes, de todo o país, com cerca de duas centenas de fotografias, seleccionadas por um júri totalmente independente da Oikos, conforme previsto no regulamento do concurso.

Da realização desta actividade resultou uma exposição, composta por cerca de cinquenta trabalhos, que foi inaugurada no dia 02 de Junho de 2007, tendo estado patente ao público na galeria do Instituto Português da Juventude, em Leiria, até ao dia 29 de Junho.

### 1º prémio

Luís Lobo Henriques

### 2º prémio

Guilherme Carlos Catarino Limas

### 3º prémio

Ricardo Jorge Afonso Cortes

**MENÇÕES HONROSAS:** Ricardo Santiago de Freitas da Silva Alves, Manuel António Oliveira da Cruz, Luís Lobo Henriques



## Colóquio “CHEIAS – CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS”

O Colóquio realizou-se no Centro de Interpretação Ambiental em Leiria, no dia 05 de Junho de 2007, e contou com a presença de três oradores convidados, especialistas no tema abordado. Após as intervenções dos palestrantes, seguiu-se um período de debate, com a intervenção de um elevado número de participantes, o qual se revelou bastante enriquecedor, quer pela qualidade das intervenções quer pelo conjunto de casos práticos ali abordados. Entre o público presente, destacamos a Senhora presidente da Câmara Municipal de Leiria e a Senhora Vereadora Neusa Magalhães.

Oradores Convidados:

Maria da Graça Saraiva (Instituto Superior Técnico)

Mário Oliveira (Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria)

Nuno Bravo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro)



## Actividades desenvolvidas pela Oikos no Centro Azul da Praia do Pedrógão durante a época balnear de 2007

### RECOLHA DE RESÍDUOS / PALESTRA

Esta actividade foi desenvolvida em duas fases: 1) Recolha de resíduos pela praia sendo depois introduzidos, alguns resíduos seleccionados - representativos da variedade de resíduos recolhidos - numa "caixa" criada para o efeito e colocada no Centro Azul, para observação de todos quantos quiseram participar no concurso proposto. O desafio aos utentes do Centro Azul consistiu na criação de um texto de reflexão sobre a origem de um, ou mais, daqueles resíduos, as matérias que o constituíam, respectiva perigosidade, as possíveis soluções para o seu tratamento final, entre outras possibilidades de trabalho. 2) Palestra no Centro Azul, sobre o tema "O problema dos resíduos no litoral". Esta palestra embora direccionada para as questões relacionadas com os resíduos e respectivos comportamentos dos cidadãos, abordou também outras questões relevantes, em termos de litoral. A sessão foi seguida de uma saída de campo ao longo da praia e áreas adjacentes, onde foi privilegiada a observação de comportamentos, dos cidadãos, em matéria de deposição de resíduos nestas áreas.



### IV CONCURSO JUVENIL DE FOTOGRAFIA "LITORAL REGIONAL"



Esta quarta edição do concurso de fotografia "Litoral Regional", decorreu em duas fases, tendo sido seleccionadas 24 fotografias para a 1ª fase e 26 para a 2ª fase que deram origem à montagem de duas exposições com os melhores trabalhos, no Centro Azul. A votação

que elegeu três fotografias, de cada exposição, foi efectuada pelo público que as visitou e que entendeu votar. Aos vencedores a Oikos atribuiu prémios que entende serem importantes para a sensibilização das causas ambientais em geral e do litoral em particular: máquinas fotográficas digitais e livros diversos relacionados com temas ambientais, particularmente do litoral.

Com esta actividade pretendeu-se sensibilizar todos os jovens e população em geral, frequentadores da Praia do Pedrógão, independentemente da região e país de origem, para a singularidade do litoral regional, ameaças à sua conservação e comportamentos a manter de forma a contribuir para a sua preservação e melhor conhecimento.

### "PROTECÇÃO DUNAR"

A actividade constou da protecção da "frente dunar" da praia do Pedrógão, Norte e Sul, numa extensão total de 700m, (350 de cada lado) através da utilização de estacas de madeira, corda e cartazes alusivos à necessidade e importância da protecção das dunas. Tem como objectivos a formação e sensibilização ambientais bem como de protecção concreta do cordão dunar.



# Parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental da Ligação Ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa e Porto

## *Lote C 1 - Troço Alenquer (Ota) - Pombal*

### **Nota prévia**

1 - A Oikos entende dever manifestar o seu profundo desagrado com o facto de ser disponibilizado na Internet, na página da APA – Agência Portuguesa de Ambiente um documento – Resumo Não Técnico - muito incompleto e não acompanhado da cartografia para que remete, para além de, ainda assim, ter estado várias semanas indisponível para abertura e/ou download dificultando assim, a consulta pública por parte dos cidadãos.

Tal facto, naturalmente, pode ser obviado através da consulta dos documentos em locais devidamente publicitados. Todavia, enquanto forma de promoção da participação do público em matéria de ambiente, esta situação em nada contribui para facilitar a referida participação, o que se lamenta.

A Oikos entende ser seu dever sugerir que futuros documentos sejam disponibilizados em condições técnicas e em permanência deste tipo de documentos por forma a tornarem-se acessíveis a todos os cidadãos, a partir de um qualquer ponto de Internet.

### **Introdução**

O presente documento constitui o contributo da OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, para a discussão pública do Estudo de Impacte Ambiental da Ligação Ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa e Porto. Lote C 1 – Troço Alenquer (Ota) - Pombal

Face aos elevados impactes sociais, económicos e ambientais decorrentes do projecto, cujo EIA está em apreço, a Oikos optou por elaborar um parecer de carácter global referente às questões estratégicas de desenvolvimento e aos impactes, em lugar de um parecer pormenorizado.

### **Parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental**

Apesar da indiscutível importância da ferrovia enquanto meio de transporte mais sustentável – e que na opinião da Oikos deve ser incrementado,

quer ao nível do transporte de passageiros quer de mercadorias - não é claro, antes pelo contrário, que se afigure necessária uma ligação de alta velocidade entre Lisboa e Porto, mormente tendo em conta os elevados impactes que originará, senão vejamos:

As seis razões estratégicas apontadas no EIA, em nossa opinião podem analisar-se sob duas perspectivas complementares. Assim os duas primeiras, que citamos:

- Reforço das relações entre Portugal e Espanha e em especial entre as regiões próximas dos dois países, contribuindo ainda para a promoção de um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, no sentido de reforçar a sua coesão económica e social;

- Assegurar a interoperabilidade das redes ferroviárias europeias;

podem ser asseguradas pela construção da linha Lisboa-Madrid, já quanto às restantes, assentes na estruturação do Eixo Atlântico e promoção das mobilidades e sustentabilidade internas podem ser asseguradas, com a eficácia e eficiência necessárias, através da optimização – dando continuidade ao correcto investimento, que tem vindo a ser feito na linha do Norte - do comboio Alfa pendular.

Por outro lado, os ganhos de passageiros, ainda que conseguidos, o que não é líquido, para o TGV, face ao transporte rodoviário e aéreo, apontados no EIA, não são significativos como contrapartida aos graves impactes, sociais, económicos e ambientais, decorrentes da sua construção e exploração.

O EIA aponta razões económicas e estratégicas, de carácter global, para os dois países, - porventura muito maiores para Espanha - mas ignora completamente as questões do desenvolvimento regional e local, os quais irão ser gravemente afectados ao longo de todo o itinerário em apreço, Alenquer (Ota) – Pombal. Apesar de entender-mos que o desenvolvimento do país deve ser um grande desígnio de todos, entendemos que o mesmo se deve fazer de forma integrada sem prejuízos graves para as populações locais, para o ambiente e para o território, sob pena de não estar-mos a falar de desenvolvimento.

A estrutura bipolar do país, (bicefalia) centrada em torno de Lisboa e Porto, referida no EIA, em vez de atenuada, como se refere, sairá, em nossa opinião reforçada, em prejuízo de todo o restante território atravessado pela linha. O facto de servir cidades intermédias como Leiria, Coimbra e Aveiro, não obsta ao reforço dessa bicefalia, nem parece trazer mais valias – nenhuma significativa é apontada no EIA - para as comunidades atravessadas pelo traçado, antes pelo contrário, há um claro prejuízo. Todos os traçados propostos, se situam no litoral, onde o território apresenta uma grande densidade populacional, com um tipo de povoamento muito fragmentado de tipo misto, concentrado (em inúmeras áreas urbanas) e disperso, o que dificulta a passagem duma infra-estrutura desta envergadura. Acresce ainda o facto desse mesmo território ser já atravessado por duas auto-estradas, A1 e A8, uma estrada nacional EN1-IC2 e uma via férrea, a linha do Oeste.

Todas as condicionantes, acima apontadas, particularmente as características do povoamento, remetem - com o objectivo de se afastar das populações, -, o traçado para ecossistemas de grande sensibilidade e valor ambiental e cultural, incluindo áreas classificadas, abrangendo por exemplo um Parque Natural (PNSAC) vários sítios da Rede Natura 2000 (PNSAC e Azabuxo ) bem como outras áreas de grande valor ecológico e cultural de que se exemplifica o vale da ribeira do Mogo, em vias de classificação como Paisagem Protegida, para além do atravessamento de vastas áreas de RAN – Reserva Agrícola Nacional e REN – Reserva Ecológica Nacional. Sendo assim, afectados valores geológicos, hidrológicos, fauna, flora (afecção de vários habitats prioritários para a conservação da natureza) e paisagem.

Apesar desta tentativa de “desvio” das populações, com os graves prejuízos sinteticamente exemplificados acima, há uma série de comunidades populacionais que serão muito afectadas, pelo atravessamento e pela proximidade da linha, nos aspectos da saúde, (ruído e vibrações) nos aspectos económicos (ocupação e inviabilização de campos agrícolas e outras infra-estruturas e recursos económicos, bem como a destruição de estradas e caminhos locais) e no aspecto social (efeito de barreira). Acresce ainda a afectação de um significativo conjunto de elementos do património cultural, incluindo imóveis de interesse público classificados ou em vias de classificação, como por exemplo a Gruta da Senhora da Luz (concelho de Rio Maior) o Lagar dos Frades (Ataíja – Alcobaça) Abrigos Paleolíticos

(concelho de Leiria) entre outros. Os quais se afiguram de grande importância não só do ponto de vista do património cultural, mas também como importantes elementos indutores de desenvolvimento local.

As medidas de minimização apontadas, são claramente insuficientes – note-se que uma infra-estrutura desta envergadura e complexidade é muito pouco flexível a alterações do ponto de vista técnico – para obviar aos graves impactes negativos que induz.

Por outro lado, os impactes positivos apontados, principalmente ao nível regional e local, mas também nacional, são também manifestamente insuficientes para contrabalançar os impactes negativos.

No caso de Leiria, propriamente dita, os impactes negativos, são ainda maiores devidos à proposta de construção de uma estação e respectivas ligações. Os impactes em Leiria e freguesias limítrofes são arrasadores, particularmente no caso de se optar pela construção da estação na opção nascente.

Aqui, tratando-se de uma região servida por duas auto-estradas, e pela linha do Oeste, a aposta estratégica de desenvolvimento regional e local deveria assentar de forma inequívoca no melhoramento desta ferrovia, para passageiros e mercadorias.

Apesar de algumas deficiências e omissões do EIA, no que respeita aos impactes negativos, sobre alguns descritores, são facilmente perceptíveis, - para todas as alternativas propostas e ao longo de todo o traçado do designado Lote C 1 – Troço Alenquer (Ota) – Pombal - os gravíssimos impactes económicos sociais e ambientais decorrentes da construção desta infra-estrutura.

De facto o EIA apresenta algumas lacunas, que consideramos graves, avaliando por defeito alguns descritores respeitantes à componente ambiental, bem como da quase ausência de referências às questões sociais e de desenvolvimento local. A título de exemplo veja-se o caso do caminho a construir ao longo de toda a linha. É referido e tratado como se não apresentasse quaisquer impactes. Não é feita qualquer menção à sua dimensão e tipo de construção – não consta que também vá seguir a estratégia viaduto túnel - sendo por isso omitidos, na totalidade, os seus impactes, que se adivinham fortíssimos, sobretudo ao nível da fragmentação do território e respectivos habitats, descompensando os benefícios inerentes à passagem em viaduto / túnel, da ferrovia, em zonas sensíveis.

Quanto ao nível do restabelecimento de estradas e

caminhos locais, é lamentável que esta informação surja tão dissimulada, em nota de rodapé, com letra “miudinha”, referindo que só algumas estradas e/ou caminhos locais irão ser restabelecidos. Ora mais uma vez as questões de desenvolvimento local estão a ser ignoradas e um suposto desenvolvimento ibérico – provavelmente mais espanhol do que português – está a ignorar a importância que tem para o país, no seu todo, um desenvolvimento local integrado e sustentável, suportado pelas actividades locais assentes no potencial dos seus territórios. A questão do desenvolvimento, neste caso, em nossa opinião, deve assentar na premissa de um desenvolvimento “do local para o global” de forma integrada, sustentada e sustentável. Daí a necessidade de potenciar todos os recursos e sinergias existentes – mormente as ferrovias - em proveito das regiões e do país.

Em suma, os impactes negativos são tão elevados a todos os níveis, económico, social e ambiental, quer na fase de construção quer na fase de exploração, para todo o troço em apreço e em relação a todas as alternativas de traçado propostas.

Em face do exposto a Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria é de parecer que todos os traçados propostos e apresentados no EIA deverão ser liminarmente rejeitados.

É ainda de parecer que, face aos prós e contras (impactes positivos e negativos) induzidos por esta infra-estrutura deverá ser repensada a necessidade da sua construção.

Pela Direcção da Oikos  
Nuno Carvalho  
(Presidente)

## FICHA TÉCNICA

OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria  
Av. Cidade de Maringá | Centro Associativo Municipal, Sala 9  
Apartado 2840 | 2401-901 LEIRIA | Tel./Fax. 244 828 555 |  
Email: geral@oikosambiente.com | www.oikosambiente.com  
IDEA - informática e design, lda

Nuno Carvalho **Director**  
Diomar Ferreira **Coordenador**  
**Propriedade**

**Design**